

Patrimônio Cultural, educação e divulgação científica

Rodrigo Simas Aguiar
Luiz Nilton Correa
Aline Maria Müller



INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA
FUNDADO EM 07 DE SETEMBRO DE 1896

Patrimônio Cultural, educação e divulgação científica

Rodrigo Simas Aguiar
Luiz Nilton Correa
Aline Maria Müller

FICHA TÉCNICA

Capa: Ponte Hercílio Luz – Rodrigo Aguiar

Fotografias: Rodrigo Aguiar e Luiz Nilton

Edição: CVM LAVDE

Publicação: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

Diagramação: CVM LAVDE

ISBN: 978-65-989177-9-1

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17571007>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Aguiar, Rodrigo Simas

Patrimônio cultural, educação e divulgação científica [livro eletrônico] / Rodrigo Simas Aguiar, Luiz Nilton Correa, Aline Maria Müller. -- Florianópolis, SC : Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2025.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-989177-9-1

1. Cultura 2. Divulgação científica 3. Educação
4. Identidade 5. Patrimônio cultural I. Correa, Luiz Nilton. II. Müller, Aline Maria. III. Título.

25-314206.0

CDD-370

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação patrimonial : Educação 370

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415



APRESENTAÇÃO

Este pequeno trabalho não tem a pretensão de ser referência nos estudos sobre patrimônio, mas poderá, de forma simples e direta, auxiliar no desenvolvimento dos conhecimentos básico sobre patrimônio cultural e suas dinâmicas, seja na sala de aula, através do auxílio didático nas aulas de artes, história, sociologia ou qualquer disciplina que tenha escopo voltado a patrimônio, identidade e cultura, seja no âmbito autodidático, onde pesquisadores iniciantes podem tomar os primeiros contatos com o termo Patrimônio Cultural.

A obra nasce de uma necessidade percebida junto a diferentes pesquisadores, de transmitir ao estudante, ou ao leigo, aspectos que ajudem a caracterizar o que é patrimônio, como identificá-lo, qual sua importância em que âmbito está inserido no nosso dia a dia como membros de uma sociedade.

Ao leigo, identificar o que é patrimônio cultural é a diferença entre a preservação de sua identidade ou o esquecimento daquilo que nos

torna humanos, neste sentido, é indispensável que aspectos ligados ao patrimônio cultural seja disseminado e transmitido ao maior número de pessoas possíveis, independentes de idade, capacidade econômica ou conhecimentos técnicos. E neste caso, esta obra, sim, talvez seja indispensável.

SUMÁRIO

SOBRE OS AUTORES _____	07
INTRODUÇÃO _____	11
CULTURA: UMA PALAVRA, MÚLTIPLAS DEFINIÇÕES _____	14
O PATRIMÔNIO CULTURAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA AS SOCIEDADES ____	27
Patrimônio Cultural Material _____	32
Patrimônio Cultural Imaterial _____	36
Patrimônio Ecológico, Paisagem E Território	41
O Valor Da Paisagem _____	44
EDUCAÇÃO, CULTURA E SOCIEDADE – SUBSÍDIOS PARA DEBATER A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL _____	52
O PAPEL DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E ACADÊMICA EM NOSSOS DIAS _____	62
PALAVRAS FINAIS _____	69
REFERÊNCIAS _____	74

SOBRE OS AUTORES

Rodrigo Luiz Simas de Aguiar

Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1997) e doutor em Antropologia pela Universidade de Salamanca (2003). Realizou estágios de pós-doutorado em Ensino de Antropologia na Universidade de Salamanca (2011) e em Arqueologia Pré-histórica na Universidade de Coimbra (2014-2015). Atualmente, desenvolve pós-doutoramento no Programa de Pós-graduação em Engenharia, Mídia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina (2025-2026). É professor titular de Antropologia na Universidade Federal da Grande Dourados, onde também coordena o Laboratório de Arqueologia. Além das pesquisas em arqueologia pré-histórica, desenvolve estudos em Antropologia Simétrica e ações de difusão do conhecimento científico e acadêmico.

Luiz Nilton Corrêa

Doutor em Antropologia pela Universidade de Salamanca (Espanha) com diploma de Estudos Avançados em Antropologia na mesma universidade.

Licenciatura em História e Mestrado em História Insular e Atlântica pela Universidade dos Açores (Portugal), especialização em Patrimônio, Museologia e Desenvolvimento pela mesma Universidade e bacharelado em Museologia pela Uniasselvi. Professor convidado do Doutorado em Antropologia da Universidade de Salamanca e do Mestrado em História Insular e Atlântica da Universidade dos Açores. Coordenador do programa de Pós-Doutorado do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Atua amplamente como editor e difusor das ciências humanas, tendo sido responsável pela organização de vários congressos, seminários e pela publicação de inúmeras obras de humanidades.

Aline Maria Müller

Graduada em Jornalismo pela Universidade do Sul de Santa Catarina, mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados e doutora em Antropologia pela Universidade de Coimbra. Apesar de ter experiência no ensino universitário, sua paixão pelo ensino fundamental a fez retornar às bancadas escolares para cursar licenciatura em Pedagogia. Entre os principais temas estudados estão a importância da ludicidade no ensino e o emprego de jogos e estratégias pedagógicas para o aprimoramento do processo ensino-aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Existem muitos livros já publicados sobre Patrimônio Cultural. Então qual é a diferença da obra que ora apresentamos ao público? O esforço combinado de profissionais de diferentes áreas de forma a produzir uma perspectiva mais interdisciplinar sobre o patrimônio cultural, conciliando história, antropologia e educação. Definir, compreender, difundir e gerir o patrimônio são tarefas tão amplas quanto o esteio teórico que dá sustentação aos estudos patrimoniais. Assim, cada obra tenta dar seu toque disciplinar, contribuindo singelamente para o amplo acervo bibliográfico que encerra a temática. No nosso caso, unimos forças para debater o patrimônio cultural enquanto componente indispensável na sustentação de identidades e geração de referências aos povos, conectando passado, presente e futuro.

Em nosso cotidiano, estamos em contato com uma intrincada rede de referências culturais e sociais, cuja função é nos situar como pessoas, como agentes e como espécie, permitindo que a vida em sociedade siga seu

fluxo de forma coerente. O patrimônio cultural assume uma função mais direta na maneira como lidamos com tais referências, fornecendo elementos tangíveis e intangíveis que sustentam a nossa tão complexa trama social. A tessitura da malha cultural demanda o emprego de ferramentas, sendo o patrimônio a caixa que contém todo o instrumental. Por isso, não há obra singular ampla o suficiente para dar conta de esgotar o tema. Aos que se dedicam ao estudo do patrimônio cultural, recai a necessidade de ler múltiplas obras e se enveredar por todos os vieses possíveis advindos de uma vultosa contribuição multi e transdisciplinar.

Aqui, além de apresentar os conceitos mais elementares, vamos construir conexões com a antropologia, a história e a educação, abrindo caminho para entender a importância da difusão do patrimônio cultural por meio do ensino e da divulgação científica. Não vamos debater questões legais, nem historicizar a evolução da área, mas sim oferecer aos educadores uma obra sintética, que assuma uma função didática, aportando conteúdos básicos para debater o assunto em escolas e outros ambientes de ensino.

O objetivo é fornecer ao leitor os subsídios para compreender àqueles conceitos mais instrumentais e debater a importância da cultura e do patrimônio em nossas vidas. Toda ação de educação patrimonial tem papel vital para conduzir o público ao entendimento de como suas vidas dependem das referências que só podem ser encontradas ao acessar nossa herança cultural, algo que não vem só do vínculo familiar ou étnico, mas da compreensão de como são formados todos os territórios que transitamos e das relações de alteridade que emergem ao nos depararmos com os “outros” que compartilham espaços segmentados dentro destes mesmos territórios. Ou seja, nossa herança cultural não consiste apenas de nossos elementos identitários mais elementares, mas também das outras identidades que formam a tessitura cultural que se desenrola sobre os numerosos espaços de vivência. O viver não é singular, o viver é plural, requer trânsitos e intercâmbios, num incessante ritmo que nos faz humanos por inteiro.

CULTURA: UMA PALAVRA, MÚLTIPLAS DEFINIÇÕES

Para debater com propriedade as questões relacionadas ao patrimônio cultural, é necessário antes percorrer os conceitos de cultura e de identidade. Mas isso, por si só, já é um desafio. Basta dizer que a própria antropologia chegou a centenas de conceitos de cultura sem, contudo, encontrar um que seja amplo e, ao mesmo, tempo satisfatório: Alfred Kroeber e Clyde Kluckhohn (1952) levantaram 164 definições de cultura; e mais recentemente, Luiz Nilton Corrêa (2021) ampliou esta marca para 250 definições. Isso demonstra quão complexo e multifacetado é aquele conteúdo essencial que dá molde às sociedades humanas.

Existe uma classificação, sustentada por determinados segmentos, que ordena os produtos e processos culturais dentro de duas grandes matrizes: a **cultura popular** e a **cultura erudita**. A cultura popular refere-se aos saberes e fazeres tradicionais, presente em

todos os coletivos e que são passados entre gerações de maneira (dita) “informal” - como festejos, cantigas, contos e tantos outros. Já a cultura erudita demandaria conhecimentos formais, altos investimentos e consumo mais restrito, como as sinfonias performadas por orquestras, a literatura formal e as artes plásticas. Durante muito tempo, determinadas camadas da população, que consumiam cultura erudita, usavam esta classificação para desmerecer os saberes e fazeres populares¹. Para eles, somente poderia ser considerado “culto” quem consumia cultura erudita, gerando constrangimentos e processos de exclusão.

Um exemplo está na arte: apenas produtos artísticos gerados a partir do princípio da autoria (foco no artista) e consumido nas altas-rodas poderiam ser chamados de **arte**; as formas estéticas realizadas por artesãos, onde as regras coletivas de produção conferem a marca identitária necessária, estando a autoria individual em segundo plano, seriam, por sua vez, classificadas como artesanato. Tal

1 Uma interessante discussão a esse respeito é apresentada por Luís Adriano Mendes Costa no capítulo 1 de sua obra, denominado *Movimento Armonial: do erudito ao popular* (COSTA, 2011).

concepção aumenta as assimetrias sociais e desvaloriza as formas tradicionais de arte. A partir do conceito de cultura proposto pela antropologia e da imersão dos antropólogos no campo das artes, opera-se uma transformação na maneira como passamos a entender as dinâmicas culturais. Desde a ótica antropológica, todos os produtos estéticos, independente da origem social, função ou autoria, são formas de arte. Com isso, a palavra artesanato passa a ser usada com ressalvas.

Figura 1: Grupo Folclórico “Ihna”, Centro Integrado de Cultura



Fotografia: Luiz Nilton Corrêa

Cultura, dessa forma, se torna um termo bem mais abrangente, relacionado aos povos como um todo e aos seus marcadores identitários, uma alusão ao infinito acervo de condutas e pensamentos que asseguram às sociedades humanas seus saberes e fazeres, sempre tão diversos quanto complexos. Cultura e identidade, assim, se tornam categorias análogas. E traçar um breve recorrido sobre o conceito antropológico de cultura será de grande valor para melhor situar-nos.

A primeira definição antropológica de cultura elaborada no meio acadêmico veio da escola evolucionista do século XIX, pelas mãos de Edward Burnett Tylor. Segundo ele, a cultura consiste de um “todo complexo, que inclui conhecimento, crença, arte, moral, leis, costumes e quaisquer outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade” (TYLOR, 2005: 69). Esta definição persiste como fórmula essencial que vai subsidiar as novas reflexões acerca do que é cultura. E ao conceituar cultura e defini-la como objeto do estudo antropológico, Tylor passa a ser considerado um dos fundadores da antropologia acadêmica.

Figura 2: Pontas de flecha. Museu Egon Schaden



Fotografia: Luiz Nilton Corrêa

Biologicamente, correspondemos a uma unidade, ou seja, somos uma única espécie,

Homo sapiens. A ideia de que existem diferentes “raças” humanas é ultrapassada, reminiscência daquela mesma era do evolucionismo cultural. Antropólogos de gabinete se esforçavam em medir crânios e anotar outros elementos da biologia de pessoas de diferentes origens étnicas a fim de encontrar padrões que sustentassem teorias sobre a origem dos povos atrelada a distintas raças humanas. Tal linha de raciocínio deu amplo suporte a políticas racistas, que pregavam a superioridade de determinados povos sobre outros.

De fato, em paralelo ao racionalismo cientificista que se estabelecia pela Europa, prosperava também a ideia de um determinismo biológico. Para Ernst Haeckel existiam raças superiores que eram resultantes dos efeitos de seleção, pressuposto que veio a subsidiar a política de Bismarck de supremacia da raça prussiana (KUPER, 2002). Surge então o Darwinismo Social, que teve em Herbert Spencer e Thomas Maltus suas figuras mais destacadas. Para eles, a existência de uma marcada hierarquia entre as sociedades, com determinados grupos se vendo como “superiores”, seria um efeito da “prevalência

dos mais aptos”, em uma contínua “luta pela sobrevivência” (vide histórico detalhado em HARRIS, 1990; ESPINA BARRIO, 2005).

Entre a elite europeia tornou-se popular a concepção de que os meios econômicos e a gestão dos recursos deveriam ser dominados pelos mais “capacitados”, prosperando o desprezo por qualquer forma de ajuda aos menos favorecidos. Note-se que na Inglaterra do século XIX, onde tais ideias ganhavam espaço, havia uma avassaladora pobreza, acentuada pelas críticas condições enfrentadas pela massa trabalhadora e pelos movimentos migratórios, como o ocorrido na Irlanda em decorrência da Praga da Batata, que matou um milhão de pessoas e provocou o êxodo de outro milhão (GUINNANE, 1994). Nos grandes centros, como Londres, enorme contingente vivia em favelas, privado das mínimas condições de subsistência. Os *Slums Dwellers* (favelados) da Era Vitoriana eram considerados humanos de segunda categoria pela alta sociedade londrina, recaindo especialmente sobre os irlandeses o imaginário de decadência moral e brutalidade (WOHL, 2017). E assim, vai se cristalizando na alta sociedade europeia uma *praxis* de abusos e preconceitos impulsionados

pelo Darwinismo Social, cujos efeitos vão ser sentidos até mesmo nas colônias mais distantes.

Dois movimentos intelectuais dominavam a Europa oitocentista: enquanto que na França e Inglaterra predominavam os modelos racionalistas, sustentados pelo conceito de *civilization* - tido como base para uma sociedade científica e progressista, na Alemanha emergia uma escola idealista que, baseada no conceito de *kultur*, vai defender a tradição nacional (e tradições locais) como alternativa diante de um mundo civilizado repleto de mazelas (KUPER, 2002). Ganha força a noção de cultura como oposição à biologia. Assim como cultivar a terra representava o domínio da humanidade sobre as forças da natureza, a miríade de hábitos, costumes e técnicas adotados por determinada sociedade seria a manifestação do intelecto, aquilo que nos projeta para além de nossos corpos biológicos.

Em 1911, com a publicação de *The Mind of Primitive Man*, Franz Boas propõe uma importante revisão dos pressupostos adotados pelos evolucionistas para definir raça. Hoje temos clareza de que, biologicamente, o

conceito de raça é empregado para definir diferenças em nível de subespécie, o que, logicamente, não se aplica ao caso dos humanos atuais. Porém, no final do século XIX e início do XX ainda se pensava que os diferentes fenótipos humanos estariam ligados a constituição de raças. Franz Boas, então, faz uma elaborada argumentação para mostrar que os povos eram diferentes porque tinham distintas trajetórias históricas, criando formas particulares de cultura (vide BOAS, 1938) – ou seja, o que temos são culturas, no plural, um *corpus* de caráter polissêmico. Por isso mesmo, Boas vai ser reconhecido como o pai do **Particularismo Histórico**, também chamado de **Culturalismo Norte-Americano**, influenciando gerações de antropólogos. Estava agora pavimentado o caminho para entender a diversidade cultural dos povos, substituindo-se o conceito de raça pelo de etnia. Hoje, o conceito de raça persiste apenas como mecanismo jurídico, para definir e punir no rigor da lei os crimes de racismo.

Com a proposta de Boas floresce um novo momento na Antropologia, que abriria caminho para se atingir o entendimento que temos hoje do termo cultura. Desde as

contribuições da Escola Sociológica Francesa – com Émile Durkheim e Marcel Mauss – se estabelece a noção de que o ser humano, enquanto membro de uma sociedade, é regido por fatores biológicos, sociológicos e psicológicos, e deve obedecer a regras coletivas que são imperativas sobre as manifestações individuais, gerando sistemas de obrigações tradicionais (vide MAUSS, 2008; DURKHEIM, 2002). E as ideias de Durkheim terão eco entre os funcionais-estruturalistas britânicos, como Radcliffe-Brown, que propõe analisar a sociedade como uma totalidade cujas partes estão interligadas de modo mecânico para manter a estabilidade social (RADCLIFFE-BROWN, 1973).

Já Clifford Geertz, com sua proposta hermenêutica, ressalta a dimensão simbólica da cultura e sua importância como eixo primordial da vida social. Para ele, a cultura seria uma teia de significados que as pessoas tecem para conferir sentido de mundo (GEERTZ, 1989). Para tanto, vai propor um sistema de analogia da vivência social: vida como jogo, como drama e como texto. Mas a antropologia nos ensina que quando atores sociais se unem em torno de um drama, o

fazem a fim de auferir sentido de mundo, razão pela qual as sutilezas da vida social não podem passar despercebidas ao investigador da cultura. Destaca Geertz (2001): o drama não é uma farsa, mas um teatro do status. Assim, pela análise interpretativa, torna-se possível compreender a cadeia de significados atribuídos às categorias sociais e aos movimentos dos atores no cenário cultural.

A cultura não deve ser pensada como algo estático, mas como uma entidade elástica, cujo dinamismo traz sentido de vida aos grupos sociais, ao mesmo tempo em que se adapta diante de pressões externas, num mundo de constantes significações e ressignificações. Por isso, os aspectos temporalidade e espacialidade são fundamentais para se entender as manifestações culturais. A cultura muda, assume novas facetas, promove adaptações e permite que as sociedades confirmem sentido de mundo e ordenem o espaço da vivência social. A mudança é aquele aspecto que nos torna tão humanos, capazes de pensar o mundo pelos matizes antropogênicos e, ao mesmo tempo, ressignificar tanto o passado quanto o futuro. O que isso nos revela? Que em princípio podemos atuar movidos pela missão de

conservar certas tradições, como o registro vivo de universos simbólicos de grande relevância para o exercício de uma identidade. Mas não se preserva culturas, elas são como corpos vivos em constante transformação. Ainda assim, o passado não se perde, persiste como referência essencial que nos molda e define, criando as condições primordiais para a manifestação da cultura no tempo presente.

Por isso, os estudos de patrimônio cultural são tão importantes, já que se ocupam tanto do passado, quanto do presente e, por que não dizer, do futuro. Lamentamos a impossibilidade de fornecer um conceito sintético e instrumental de cultura, mas encerramos este tópico certos de que ao leitor ficou claro o quão complexo é o termo. A cultura é polissêmica, pois a cada novo olhar, camadas de significados são adicionadas. E os múltiplos sentidos que assume não se apresentam apenas quando posicionamos uma sociedade diante de outra, mas também dentro de uma mesma sociedade, quanto contempla-se as performances humanas desde a ótica de diferentes segmentos. O mundo que enxergamos, mais que a manifestação da realidade, é o resultado da percepção que nos

chega a partir do filtro de diferentes lentes, um instrumento formado pelas referências que criamos acerca do mundo, tanto físico como social, que se manifesta em cada pessoa de acordo com o substrato cultural que lhe é inerente.

O PATRIMÔNIO CULTURAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA AS SOCIEDADES

Via de regra, a palavra patrimônio evoca, em nossas mentes, a noção de bens materiais acumulados por uma pessoa e que podem ser transmitidos a seus herdeiros. De fato, esta visão está atrelada a etimologia da palavra: *patrimonium* – que para os antigos romanos seria uma referência a tudo que estaria sob o domínio do pai de família e que poderia ser legado em testamento (FUNARI & PELEGRINI, 2009). Se no âmbito familiar existe um patrimônio, que situa seus membros na sociedade e que deve ser gerido e legado aos descendentes, no que se refere às sociedades não é muito diferente. Considerando o que foi apresentado no capítulo anterior, sabemos que as sociedades possuem conhecimentos, crenças, produtos e trajetória histórica compartilhados entre seus integrantes, algo que denominados cultura e que vai forjar todas

as formas de identidade. Este, com efeito, seria o patrimônio cultural que cada grupo humano mantém e lega às gerações posteriores. Por isso, “Os elementos culturais herdados de nossos ancestrais são classificados como ‘patrimônio cultural’. Trata-se de um conjunto de ideias e valores que instruem e orientam os sentidos atribuídos à ordem percebida no mundo (*cosmos*) e na sociedade (*socius*)” (AGUIAR & PEREIRA, 2015: 709).

Figura 03: Oficina Lítica, Barra da Lagoa



Fotografia: Luiz Nilton Corrêa

O interesse pela produção material dos povos humanos remonta a antiguidade

clássica. É da Grécia antiga que vem o conceito de *Musaeum*, o panteão das musas, espaços dedicados às artes e à filosofia e onde se guardavam peças produzidas por artistas das mais variadas origens. Ter coleções de artefatos provenientes de diferentes povos era uma mostra de poder, prestígio e erudição, além de estratégico como fonte de informação. Por isso, tal colecionismo persistiu ao longo das eras. No renascimento, gabinetes de curiosidades eram mantidos pela nobreza e pelas coroas, ampliando o interesse na História Natural. Muitos destes gabinetes posteriormente se converteram em famosos museus. Enquanto espaços de memória, os museus passam a ser lugares que servem tanto como referência identitária, quanto domínio de diálogos, onde o “eu” se encontra com o “outro”, que está ali representado pelos seus apetrechos.

Os impactos dos conflitos, como os provocados pelas duas grandes guerras mundiais, que além da inestimável perda humana, gerou sequelas sobre os bens culturais, impulsionou a discussão sobre como as nações deveriam agir em prol da preservação do patrimônio cultural, da educação e dos modos de vida das populações. Eis que em

1972 a UNESCO² mediu a Convenção do Patrimônio Cultural, trazendo a questão para a política internacional. Como consequência, diversos países passaram a investir recursos e esforços em prol da preservação dos diversos bens culturais. Assim, diferentes políticas públicas são constituídas ao redor do mundo em torno desta finalidade e, desde então a própria UNESCO tem promovido pactos, seminários e convenções voltadas à gestão dos bens culturais.

O valor do patrimônio cultural é inestimável, não propriamente por questões monetárias, mas por ser o eixo fundamental que mantém a vida social e que fornece referências para que os grupos humanos encontrem seu lugar no mundo. Tais referências atuam na construção das identidades, preenchendo de significado os espaços de vivência. Para dar forma à cultura, o engenho humano atua dentro de três matrizes distintas, mas incondicionalmente interligadas: a dos produtos materiais, a das ideias e a dos territórios.

2 Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization).

Figura 4: Procissão do Senhor dos Passos. Artesã Osmarina Vilalva.



Fotografia: Luiz Nilton Corrêa

Patrimônio Cultural Material

Há muito cientistas e filósofos debatem sobre qual seria a nossa característica mais marcante, aquilo que nos define enquanto humanos. Contudo, não existe uma resposta definitiva para esta questão existencial. Por muito tempo acreditamos ser o raciocínio o marcador que definitivamente nos diferenciaria dos demais animais. Porém, não é de hoje que muitos biólogos defendem o uso de raciocínio entre várias espécies animais, sendo que em algumas notou-se o emprego de organização social e condutas que antes pensávamos ser exclusivas dos humanos (PATTERSON, 1978; GOODALL, 2000; PIEL & STEWART, 2016). Assim, além do genoma, um dos elementos que é característico de nossa espécie é a produção de instrumentos. Também não única, já que, por exemplo, entre chimpanzés e babuínos foi constatada a produção de utensílios, ainda que muito rudimentares (vide PROUS & FOGAÇA, 2017; WILSON, 2021; GOODALL, 2000). Para Gordon Childe (1981), o que nos define enquanto humanos são os artefatos que produzimos, linha de pensamento que vai influenciar toda a corrente processualista que se instaura no meio

acadêmica já na primeira metade do século XX. São estes mesmos artefatos os responsáveis por “vestir” os povos de etnicidade, ou seja, é na cultura material que encontramos um forte marcador identitário. Por essa razão nosso patrimônio cultural é tão importante, pois nos define, em primeira instância, como humanos; e mais, nos situa enquanto membro de determinada sociedade ao expressar vínculos étnicos e sociais.

Figura 5: Fogão caipira



Fotografia: Rodrigo Aguiar

Buscando uma definição mais instrumental, podemos propor que o patrimônio cultural material refere-se aos produtos físicos, cuja produção será regida por uma série de regras sociais. Compreende objetos, artefatos, ferramentas, habitações, ou seja, toda ampla gama de bens palpáveis resultantes do emprego de recursos materiais e de técnicas específicas para sua produção. Graças à sua essência tangível, a cultura material é o veículo mais imediato de acesso ao universo identitário de um povo.

Figura 6: Igreja de São Francisco, estilo Barroco. João Pessoa, PB.



Fotografia: Rodrigo Aguiar

As mãos humanas criam produtos que dão forma ao espaço de vivência, transformado o lugar geográfico em território da cultura. Por isso, seja em uma aldeia remota ou no coração dos grandes centros urbanos, o que vemos são lugares significados, primeiro por todos os produtos materiais que criamos – pátios rituais, edificações, praças – e, depois, pelos valores simbólicos que lá depositamos. Valores que se diferenciam a depender da ótica do observador: o turista tem uma forma de enxergar o centro histórico de uma cidade que, certamente, será bem diferente daquela nutrida pelo residente.

Além disso, os espaços de vivência (urbanos ou não) são entidades que se estabelecem ao longo do tempo, mudando e se adaptando aos conceitos e referências de cada época. Um passeio por uma cidade patrimônio é suficiente para notar como as diferentes eras estão incrustadas no seu casco arquitetônico, permitindo ao transeunte um vislumbre de outros tempos que são, por vezes, sobrepostos pela modernidade. A cidade não é só um conjunto de prédios e ruas, mas uma entidade viva, que se transforma ao longo das eras. O ciclo histórico de uma cidade é o exemplo

perfeito para se entender o patrimônio como herança cultural, por isso a destruição do legado histórico deve ser vista como um crime grave, um atentado direto à identidade dos povos, lesando de forma irreparável as novas gerações.

Patrimônio Cultural Imaterial

Enquanto membros de um grupo humano, somos como unidades que moldam um todo coeso, dando forma ao social. Porém, o que é que nos move? Nos expressamos materialmente, mas a concepção de um objeto requer uma jornada por conteúdos intelectuais infindáveis. Nosso cérebro constrói noções de mundo a partir de um trânsito entre as referências do passado e as expectativas em relação a um potencial futuro, gerando assim as condições necessárias para que nos situemos no presente (AGUIAR, 2024). Mas a maior parte das referências do passado já estavam lá quando nascemos, isso porque somos inseridos em uma sociedade pronta, preexistente. Cabe às gerações anteriores mediar nossa adequação ao mundo social, nos passando regras e convenções,

crenças e línguas, em um processo que chamamos de **endoculturação** (ESPINA BARRIO, 2005), assegurando a manutenção das normas culturais mais essenciais para a continuidade existencial de um povo. Ou seja, a criação das crianças, as crenças, a língua, os saberes e fazeres ligados às identidades dos povos são classificados como patrimônio cultural imaterial.

Figura 7: Peixe grelhada em Imaruí - SC



Fotografia: Luiz Nilton Corrêa

A cultura material é formada por um conteúdo enorme, afinal, recorremos a toda sorte de objetos em nosso dia a dia. Entretanto, todas as classes de objetos encontram sentido apenas quando camadas de significação lhes são atribuídas. De certa forma, não existe objeto sem significação. Mesmo quando estamos diante de um artefato que desconhecemos, nossa mente automaticamente cria um conceito sobre tal objeto, atribuindo-lhe uma significação, ainda que diferente daquela originalmente concebida. Assim, o mundo só se manifesta mediante a significação que lhe atribuímos, significação esta que é, em sua maioria, socialmente compartilhada. Com isso, entendemos que a cultura imaterial é incomensurável.

No âmbito da cultura imaterial existe também os ofícios, fazeres tradicionais que expressam toda uma forma de ser. Renda de Bilro, Olaria, Carpintaria, Cozinha tradicional, enfim, existe uma gama de saberes que compõem a essência de dada manifestação cultural. Tamanha a importância da cultura imaterial, que no ano de 2000 o IPHAN instituiu o Decreto Nº 3.551 que orienta o Registro de Bens Culturais de Natureza

Imaterial, sendo o ofício das Paneleiras do bairro Goiabeiras de Vitória (ES) o primeiro a ser registrado.

Figura 8: Festa do Divino Espírito Santo, Pântano do Sul, Florianópolis, SC



Fotografia: Rodrigo Aguiar

Assim, reconheceu-se a importância dos saberes e fazeres tradicionais como forma de expressão cultural, indo para além da tradicional visão do bem de “Pedra e Cal” (SOUZA, 2010), que privilegiava igrejas e casarões. Agora, a noção de patrimônio cultural avançava a todas as esferas da sociedade,

mostrando que a construção de identidades não estava restrita aos bens tangíveis. Todos somos formadores e propagadores de cultura, independente do meio social em que vivemos e, por isso mesmo, dependemos do nosso patrimônio cultural para sustentar nossas identidades.

Figura 9: Artesã Kadiwéu decorando uma peça de cerâmica com pigmentos naturais.³



Fotografia: Rodrigo Aguiar

³ Conhecimentos sobre matéria prima, pigmentação e técnicas de fabricação também são patrimônios.

Patrimônio ecológico, paisagem e território

O*rbis terrarum*, o espaço primordial onde habitam as tantas espécies que entre vales e cumes, planícies e oceanos, rios e desertos, constroem seus habitats.

Figura 10: Arara no Pantanal de Mato Grosso do Sul.



Fotografia: Rodrigo Aguiar

O território possui importância capital para as espécies gregárias, que definem estratégias de subsistência com base nas características de seu espaço de habitação,

defendendo-o das espécies invasoras, fenômeno que na biologia recebe o nome de territorialidade. Contudo, para os humanos, a territorialidade possui uma dimensão amplamente simbólica e pensar acerca disso nos permite entender melhor nossa relação com os lugares em que transitamos e a que pertencemos. E existem ainda os espaços do imaginário, regiões distantes e, por vezes, inacessíveis, que a maioria nunca esteve, mas que ocupam lugar de destaque em nossas mentes – a Floresta Amazônica e o Pantanal são exemplos disso.

Figura 11: Canoas de Garapuvu - Santinho



Fotografia: Luiz Nilton Corrêa

O globo terrestre é formado por espaços geográficos com características específicas: relevo, clima, fauna, flora, hidrologia, ou seja, por um sem fim de formas e propriedades. Há espaços totalmente transformados pela mão humana, enquanto outros permanecem restritos por suas condições severas. Contudo, mesmo àqueles lugares em que poucos pés humanos pisaram, a cultura está presente e exerce sua influência, gerando na coletividade formas de percepção.

Em outras palavras, criamos referências e imaginários sobre espaços, desde os amplamente povoados até os que estão distantes do trânsito humano pela inacessibilidade: cumes dos montes, profundezas do oceano, corações das florestas, vastidões dos desertos ou a desolação dos extremos polares. Ainda assim, tais lugares exercem sua influência sobre os coletivos humanos, recebendo, por sua vez, camadas de significação.

Esta é a razão pela qual a ecologia, a geologia, a paisagem, todos os elementos atrelados ao território, são também uma herança cultural e ambiental.

O valor da paisagem

Assentada em um vale verdejante repousa uma singela igreja cujas formas replicam a arquitetura colonial. À frente, uma praça retangular aparece respaldada por casas comerciais e órgãos públicos que asseguram o acesso aos elementos básicos da vida social. Desde este diminuto núcleo urbano partem pequenas estradas que o conecta a sítios e chácaras onde os residentes habitam e exercitam seus fazeres tal e qual foram ensinados pelos seus ancestrais. Aqui prevalece a modesta vida no campo, longe dos tumultos e ruídos das grandes metrópoles. É uma paisagem emoldurada pelos montes e matas, desde onde ecoa a rítmica sinfonia da vida selvagem.

A passagem acima desperta sentimentos. Para alguns, evoca a saborosa memória de visitas a parentes e amigos em datas festivas. Já em outros, desperta o desejo de lá viver, fugindo dos tormentos da cidade e

do estresse da vida agitada. Há ainda os que se identificam com a vida na metrópole e sentem absoluto desespero só de pensar em uma vida tão pacata.

Figura 12: Parque das Nascentes do Taquari, MS



Fotografia: Rodrigo Aguiar

Entretanto, todos possuem algo em comum: projetam referências culturais sobre uma paisagem. Isso porque as paisagens, além de sua conformação geográfica, são também produtos culturais. É dizer, a paisagem se manifesta em duas dimensões: a física, formada pelas características geoambientais; e a simbólica, atrelada à cultura. Neste sentido, todas as paisagens são culturais e ainda que

exista um rincão oculto e intocado, que preserva a maior parte de seus caracteres biológicos originais, este lugar entra na arena humana, seja pelo mapeamento, observação por satélite, criação de reservas ambientais que, de alguma forma, gera imaginários e representações, ou seja, torna-se parte da cultura.

Não há lugar na terra que a mente humana não tenha chegado, ainda que os pés da grande maioria ainda lá não tenham tocado.

É esse, pois, o efeito que o território causa nas pessoas. Um processo de leitura cultural, que sempre opera, não importa se residimos em um lugar ou se lá estamos pela primeira vez. Isso porque é a forma como a cultura atua: acessa as já citadas referências para produzir leituras do momento. Ainda que não tenhamos conhecimento pleno sobre algo, mesmo assim criamos um conteúdo explicativo baseado em nossas próprias referências, pois é assim que o ser social age, em um processo conhecido como “ecologia da ignorância” (RABINOW, 2007). Não importa o local ou o contexto, nos é inevitável criar camadas de significação.

Hoje, mais que nunca, o patrimônio ambiental está ameaçado. Testemunhamos os efeitos de uma industrialização desenfreada, que gera danos irreversíveis aos ecossistemas. Para muitos, estamos às vésperas de um ponto sem retorno, que representaria o início do fim da humanidade e da maioria das formas biológicas do globo terrestre.

Figura 13: Boneca Ritxoko, da etnia Karajá



Fotografia: Rodrigo Aguiar

Então porque existe tanto negacionismo em relação a crise climática? Primeiro, é preciso entender o modelo de mercado que rege o mundo industrializado. Nele estamos imersos

em instituições e empresas que priorizam o consumo. O consumidor, por seu turno, em vez de racionalizar o consumo, acaba preso em uma rede de estímulos gerados por estratégias de marketing e pelo desejo de status. Ao fim, quase todos querem consumir o tanto que suas posições sociais permitem. Os tempos em que vivemos, classificados por pós-modernos, são marcados pela potencialização e erotismo do consumo, abrindo caminho para a formação do ser individualista, consumista e hedonista, algo que foi profundamente debatido por Giles Lipovetsky (2004; 2009). Mas o meio ambiente não sustenta o atual nível mundial de consumo, então muitos preferem negar a crise climática a abrir mão dos próprios sonhos e objetos de consumo.

Este consumo presumido, um consumo futuro e hipotético, interfere nas decisões relacionadas à responsabilidade para com a biota. Mas o consumo absoluto, a satisfação de todos os desejos, só ocorre entre a diminuta parcela dos mais ricos e tão grande quanto suas fortunas, é a culpa que carregam pela deterioração da terra. Neste seleto grupo, a riqueza vem da imposição de consumos e da predação industrial, sustentada à revelia das

leis ambientais e à base do poder que detém. Mesmo aqueles que pouco impactam o ambiente, mas cruzam os braços diante da crise climática, sem reverter parte da própria fortuna para ações de responsabilidade ambiental, carregam parcelas de culpa. Paradoxalmente, a racionalização do consumo seria o meio para destituir os poderosos, mas a maioria ainda não quer abrir mão do consumismo. Consumir menos é bom para o ambiente e enfraquece aqueles que estimulam a negação da crise climática, pois sem consumo, o poder deles evapora.

A problemática tem sido abordada nos colégios, a partir da política dos 5 R's da sustentabilidade: repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar. O caminho para o enfrentamento mais efetivo à crise climática vem de uma avaliação de nosso papel enquanto consumidores, promovendo uma reflexão sobre o consumo e o que é realmente indispensável, recusar aqueles produtos gerados em práticas danosas ao meio ambiente, reduzir a forma como impactamos o meio ambiente através do uso dos recursos naturais, reutilizar produtos que ainda possam ter função, mesmo que diferente daquela que foram originalmente

projetados e, por fim, reciclar, transformando resíduos em matéria-prima para novos produtos.

Figura 14: Jacaré, animal icônico do Brasil



Fotografia: Rodrigo Aguiar

A consciência ambiental é algo que se conquista aos poucos e com muitas ações educacionais. Urge compreender nosso papel na gestão do meio ambiente, pois a terra é o maior dos patrimônios, sem a qual nenhuma cultura pode existir.

EDUCAÇÃO, CULTURA E SOCIEDADE – SUBSÍDIOS PARA DEBATER EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Ao abordar a educação, normalmente vem à mente das pessoas a dimensão formal e institucional, com colégios, professores, salas de aulas e livros didáticos. Ainda que tal dimensão realmente faça parte do processo, a educação é muito mais que isso, engloba todas as relações humanas onde o aprendizado está presente. Nossa conexão com o ambiente social e natural envolve processos de aprendizado, responsáveis por promover a adequação do indivíduo ao meio em que vive. Dito isso, podemos entender que a educação é um processo ininterrupto, que nos acompanha em todas as fases de nossa vida.

A educação formal, aquela das escolas, é também o ambiente onde ocorrerá entre as crianças os primeiros contatos com o meio social mais amplo, para além dos parentes e

amigos da família. Lá, elas vão socializar com outras crianças, que serão colegas de aula, e com os professores, guias que auxiliarão na jornada de aprendizagem. Mas não para por aí, socializações também são tecidas para além da sala de aula, com os demais funcionários do colégio e nos estabelecimentos circundantes – a padaria, a lanchonete, o vendedor de pipocas, e assim por diante. Dito isso, entendemos o colégio não só como espaço de educação formal, mas como catalisador das relações entre indivíduo e sociedade. E é por esta razão que as ações de educação patrimonial devem ter sempre os colégios como alvo prioritário.

Ao combinar o currículo formal com ações independentes de conscientização e reflexão, fornecemos o terreno necessário para o germinar de um processo educacional mais abrangente, permitindo uma interpretação de todos os acontecimentos diários que compõem a vida social. Afinal, a educação está em tudo, uma simples atividade doméstica envolve processos educativos. Assim, cada pessoa é o resultado do somatório das suas experiências, consolidando a forma pela qual ela enxergará o mundo. Por isso, no ambiente escolar, há muito se sente a necessidade de romper com o modelo

tradicional de escola, aquela centrada em si mesma, dando vez a um sistema que promova uma parceria com a família, pois é no lar que se dá uma formação mais abrangente do educando (SOUZA & SARMENTO, 2010). De fato, com a ajuda de Espina Bárrio (2005), já vimos que o primeiro processo de imersão do indivíduo na sociedade se dá por meio da endoculturação. São as gerações anteriores da família (avós, pais, tios) as responsáveis por inserir as crianças no meio social de acordo com os padrões culturais vigentes.

Para Vygotsky, a experiência social da criança baseia-se num método de imitação: a criança imita a forma em que o adulto manipula instrumentos ou objetos, e essas ações, quando repetidas, acumulam-se umas sobre as outras, num processo onde os traços comuns tornam-se nítidos e as diferenças são borradas (VYGOTSKY, 1991). Contudo, não é correto pensar que a endoculturação é só um processo de imitação, ela se forma e se estrutura por meio de protocolos sociais, o que leva os mais velhos a incitar os mais jovens a seguir o padrão vigente, dentro do grande arcabouço de regras e condutas a que denominados cultura. Mas há, também,

resistências e acréscimos, que asseguram a qualidade dinâmica da cultura.

Neste processo, parece existir diversas esferas de aprendizado, umas que privilegiam o âmbito sociocultural, enquanto outras primam pela formação educacional. Assim, caberá à escola auxiliar o aluno em sua jornada “através das matérias e programas, a conseguir um conjunto de atitudes e aptidões que o colocam como sujeito ativo na sociedade” (SOUZA & SARMENTO, 2010: 143). Por isso, é indispensável perceber como se processa a relação ensino-aprendizagem dentro do sistema educacional, que será o responsável por promover mudanças profundas no indivíduo, seja no âmbito cognitivo, psicomotor ou afetivo, permitindo que as pessoas incorporem comportamentos em seu repertório particular ou modifiquem aqueles adquiridos anteriormente (ROCHA, 1980).

Dada a importância do espaço educacional na formação do indivíduo, percebemos como as ações de educação patrimonial podem ser efetivas na busca por uma sociedade mais responsável para com seu patrimônio cultural. O processo ensino-aprendizagem não pode mais ser entendido

como um mecanismo intramuros. Os currículos previstos nos projetos pedagógicos são norteadores, mas em uma sociedade em rápida e constante mudança o colégio precisa adquirir uma elasticidade curricular, a fim de melhor abordar as grandes questões de nossos tempos. Tanto o espaço escolar como o social são espaços de vivências, onde a diversidade cultural se apresenta como um tema essencial. Nas palavras de Neusa Gusmão:

O desafio da escola e dos projetos educativos que orientam nossa prática está no fato de que, para compreender a cultura de um grupo ou de um indivíduo que dela faz parte, é necessário olhar a sociedade onde o grupo ou o indivíduo estão e vivem. É aqui que as diferenças ganham sentido e expressão como realidade e definem o papel da alteridade nas relações sociais entre os homens (Gusmão, 2000: 16).

Ou seja, mais que um espaço de aprendizagem curricular, a escola é um espaço de sociabilidades, interconectado com outras dimensões do meio social. É por isso que, segundo Paulo Freire (1993), o professor precisa ter consciência de sua função política, deixando de lado o antigo conceito de

neutralidade e assumindo sua posição como condutor de uma postura eticodemocrática. Os educadores, em geral, desempenham um papel de suma importância, pois são eles que promovem o interesse por determinado tema através da maneira pela qual uma ação educacional é planejada – daí a importância de um bom planejamento, tanto em aulas como em outras atividades educativas. Não podemos esquecer a importância de apresentar alguns temas relevantes, já na educação infantil, fazendo para tanto o uso da interdisciplinaridade e da ludicidade. Afinal, uma pessoa só pode gostar daquilo que conhece e cabe ao educador promover este conhecimento.

Pensando nas abordagens possíveis, a educação patrimonial precisa tirar o aluno do seu “lugar-comum” e conduzi-lo por uma jornada repleta de novidades e interações. A ludicidade entra em cena, criando formas alternativas de abordar as temáticas por meio da desconstrução do modelo clássico de sala de aula conteudista. Jogos, passeios, visitas de campo a locais históricos e sítios arqueológicos, são abordagens que amplificam as possibilidades de aprendizado, criando não só

referências educativas, mas memórias agradáveis e indelévels. Jean Vial (1981) já chamava a atenção de como certas escolas negligenciavam os jogos e o lúdico como instrumentos de aprendizado, como se tais recursos fossem incompatíveis com o ambiente escolar. Por isso, a escola conteudista precisa ceder espaço a novas abordagens que permitam transpor o modelo claustrofóbico que se sustenta desde os tempos medievais. A escola é todo o espaço da cultura, onde aprendemos com os semelhantes e com os diferentes. Já nos apontam José Carlos Libâneo e Eliane Silva (2020) que uma abordagem pedagógica da diversidade sociocultural é o caminho para se alcançar um ambiente educacional socialmente justo.

E no âmbito da educação patrimonial, ainda que museus, sítios arqueológicos, conjuntos arquitetônicos e monumentos históricos não recebam a merecida atenção em nosso país, eles estão aí, um recurso extraordinário para promover a educação e a conscientização. São mecanismos de acesso a uma memória que transcende o indivíduo e cria laços profundos com a cultura que dá sustentação às identidades. Ao somarmos isso

com as manifestações imateriais, temos infindáveis recursos para preencher o ensino de ludicidade. Após toda uma etapa de experimentação e aprimoramento,

(...) a educação patrimonial superou as ações centradas nos acervos e construções isoladas para a compreensão dos espaços territoriais como um documento vivo, passível de leitura e interpretação por meio de múltiplas estratégias educativas. Deve, portanto, ser entendida como eficaz em articular saberes diferenciados e diversificados, presentes nas disciplinas dos currículos dos níveis do ensino formal e, também, no âmbito da educação não formal (FLORENCIO, 2015: 23).

Percebemos, assim, a destacada relevância da educação patrimonial. E sua prática não requer materiais específicos, pois a cultura está ao nosso redor, em todo lugar, desde a arquitetura até a gastronomia. E por isso mesmo, a educação patrimonial pode ser considerada um instrumento de alfabetização cultural, que viabiliza um contínuo processo de conhecimento, apropriação e valorização da herança cultural, que também terá reflexos positivos ao despertar a consciência da necessidade de preservação do patrimônio

(HORTA *et al*, 1999). Ainda assim, em um mundo impactado pelas altas tecnologias não é fácil promover a aproximação entre gerações: “Num mundo globalizado que tende a homogeneizar as culturas, a aproximação entre crianças, jovens, adultos e anciãos detentores de saberes e práticas ancestrais nem sempre ocorre de forma harmoniosa” (PELEGRINI & FUNARI, 2008: 103).

Figura 15 – Ponte Hercílio Luz - Florianópolis⁴,



Fotografia: Rodrigo Aguiar

⁴ não só um monumento histórico, mas um marco identitário da cidade de Florianópolis, SC.

Este processo de afastamento tem se acentuado nos últimos anos, especialmente pelo modo de vida típico da hipermodernidade, que prioriza o hedonismo individualista e gerontofóbico, criando barreiras intergeracionais quase intransponíveis. A educação é, pois, o único mecanismo capaz de transpor essas barreiras e de assegurar para a sociedade um futuro que faça sentido, baseado nas referências culturais que dão molde à identidade essencial de cada povo.

O PAPEL DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E ACADÊMICA EM NOSSOS DIAS

Instrumentos pensados na ampla difusão do conhecimento acadêmico são indispensáveis para criar consciência pública de uma diversidade cultural que não está restrita ao nosso tempo, mas remonta milênios. Desde a ocupação do território brasileiro por diferentes grupos humanos da pré-história, temos a formação de uma diversidade de povos, que se encontram, cooperam, conflitam e constroem imaginários sobre o “outro”. Contudo, da interação entre distintas culturas, na maioria dos casos, emergem formas etnocêntricas, refletidas em categorizações de “humanos”: o humano verdadeiro (ou a melhor versão de humano) só pode existir no interior do grupo cultural a que pertencemos, estando os demais relegados a categorias inferiores.

Nos dias atuais, combater o etnocentrismo e superar o preconceito é um compromisso fundamental que assumimos no ambiente escolar, pois a educação é a forma mais eficiente de se atingir uma sociedade mais justa. Por isso, a diversidade cultural é tópico indispensável nos currículos escolares. O assunto deve ser abordado com seriedade e subsidiado por obras como esta. Aos professores e professoras, sejam da educação infantil, ensino fundamental, médio ou superior, bem como a outras classes de educadores, devem ser disponibilizados, de forma integral e gratuita, materiais que sirvam de subsídios para suas aulas e conduzam à reflexão sobre o papel das culturas na manutenção de identidades, tendo a diversidade étnica e social como referência para superar a intolerância e o preconceito.

A cultura é um instrumento que modula as relações dos povos com o meio e com outras sociedades. Ainda que algo contínuo e presente em todos os povos, cada sociedade desenvolve seu arcabouço cultural, sustentado por trajetórias históricas específicas, como bem assinalou Franz Boas. Neste mundo multicultural, cada povo contribui, à sua

maneira, com a pluralidade que configura uma humanidade essencialmente polissêmica. Por isso mesmo:

Reconhecer que todos os povos produzem cultura e que cada um tem uma forma diferente de se expressar é aceitar a diversidade cultural. Este conceito nos permite ter uma visão mais ampla do processo histórico, reconhecendo que não existem culturas mais importantes do que outras (HORTA *et al*, 1999: 05).

Contudo, existe outra dimensão expressa nas ações de difusão do conhecimento, que é a conexão indispensável entre sociedade e universidade. Os conhecimentos gerados no meio acadêmico precisam ser traspostos para a sociedade em geral para que a universidade cumpra todas as suas funções sociais.

Neste sentido, os produtos de popularização da ciência e tecnologia são vitais para assegurar que esta conexão exista e persista. Mais que criar uma tradução, os instrumentos de educação patrimonial e popularização da ciência são as bases que sustentam a ponte entre o mundo acadêmico e a sociedade em geral (conforme debate

SÁNSHEZ MORA, 2003). Para tanto, argumentam Germano & Kulesza (2007), é indispensável criar as condições para uma relação dialógica, que conecte os cientistas e os amplos setores da sociedade, permitindo uma compreensão mais densa de questões cotidianas, em um permanente intercâmbio de experiências.

Vivemos tempos estranhos, onde a ciência tem sido questionada continuamente por grupos de poder a fim de gerar distrações e acumular capital político. A desinformação ganhou tanto espaço que foi criado o termo “Desinfodemia” para se referir à abundância de informações inverídicas que dificultam a busca por orientações confiáveis (SOUZA & DALE, 2024). Vinicius Mansur e seus colaboradores (2021) assinalam como a crescente política de produção de ignorância e estímulo ao anticienficismo vem gerando danos irreparáveis ao ambiente acadêmico. Esta reação anti-ciência, por sua vez, acarreta descrença nas instituições de ensino, especialmente as universitárias, o que reflete na redução de investimentos, desvalorização docente e sucateamento generalizado de nossos

inestimáveis redutos de produção de conhecimento.

Neste contexto, a divulgação científica passa a ocupar papel de destacada importância social, não só reforçando a ponte entre universidade e sociedade, mas abonando a propagação de temas acadêmicos de avultada relevância para o nosso país e combatendo a desinformação que, cada vez mais, se converte em projeto político.

Não obstante, em face à futilidade dos conteúdos digitais, que paradoxalmente atraem e entorpecem as massas, torna-se difícil captar a atenção de um público cada vez mais acostumado com a atratividade da desinformação e da imbecilização quando propagadas pelas mãos das *Big Techs* e dos influenciadores sociais. Já não é mais suficiente a publicação de conteúdos em determinados suportes digitais, especialmente no formato mais rigoroso e sóbrio comumente adotado nos ambientes científicos. Ainda que incontáveis documentos de divulgação científica estejam disponíveis gratuitamente, tanto em vídeos como em textos, o alcance deste conteúdo é indubitavelmente limitado. Temas considerados “sérios” não são atraentes

na sociedade pós-moderna hedonista e individualista. Então, como solucionar este problema?

Uma mudança definitiva só pode ocorrer com o maior envolvimento das universidades com os colégios. A ponte para conectar os jovens com a informação de qualidade está no professorado da formação de base. Antes dos alunos, precisamos incluir e demonstrar como uma parceria entre diferentes níveis de ensino e pesquisa é não só possível, mas altamente viável e desejável. Todos ganham nesta simbiose: cientistas asseguram o alcance de suas pesquisas ao mesmo tempo em que professores oferecem novos recursos a seus alunos, todos trabalhando para superar aquela educação bancária, tão criticada por Paulo Freire (2005).

Mudar a “cara” da ciência apresentada na divulgação científica é outro quesito fundamental. Muitas entidades científicas possuem blogs, podcasts e redes sociais. Ainda assim, o alcance de tais veículos é igualmente pequeno. A ciência carece de espetáculo, interação e participação. Neste caso, espetáculo não é um nivelamento raso do conteúdo, rendendo-se à tendência de imbecilização, mas

de investir em formas mais dinâmicas de comunicação, o que requer a participação de profissionais da comunicação e do meio artístico.

A divulgação científica é, inquestionavelmente, o instrumento primordial para a construção de um futuro mais justo, plural e diverso, assegurando oportunidades aos mais jovens e promovendo a valorização da cultura.

PALAVRAS FINAIS

Esta pequena jornada pelo universo do patrimônio cultural nos mostrou como a valorização da cultura e a persistência das identidades depende de um diálogo contínuo entre diferentes setores da sociedade. A união de forças entre instituições de pesquisa e de ensino, em todos os níveis, cria as condições necessárias para superar aquele descarte da cultura tão ambicionado por certos grupos de poder. Sem cultura, perdemos nossas referências e sem referências, perdemos nossa humanidade.

Se muito falamos ao longo do livro de passado e de presente, faltou investir mais em reflexões sobre o futuro. O futuro é um tempo por vir, indefinido (em tese), mas que tem suas rotas plantadas no presente. De certa forma, decisões tomadas no presente garantem a rota para uma versão de futuro, dentre as muitas possíveis. Agora se há grupos de poder que detêm controle das massas, por meios de *influencers* e algoritmos, decidindo pelas pessoas o acesso e a qualidade das informações

que lhes chegam, estes grupos possuem o poder de influenciar o futuro (tema que tem sido abordado por um destes autores em suas pesquisas, R. Aguiar). Por isso a imbecilização social e a perda das identidades, das raízes e das referências históricas são um projeto em andamento.

Figura 16: Alcântara - Maranhão



Fotografia: Luiz Nilton Corrêa

As novas tecnologias, que nos apresentam soluções tão extraordinárias, também são responsáveis por mudanças de rumo. Mas só os mais ricos têm acesso pleno

ao que este mundo novo pode oferecer. Estamos a mercê de uma cultura superficial e generalista, imposta pelos interesses de grupos de poder por meio das *big techs*. Enxurradas de conteúdos torpes, promovidos por uma orda de influenciadores e alinhados com as agendas da minoria mais rica e poderosa, afetam sobremaneira a forma como a sociedade está estruturada, promovendo uma supressão das formas culturais.

Figura 17: Renda de Bilro - Fortaleza



Fotografia: Luiz Nilton Corrêa

Em outras palavras, as tecnologias emergentes e o controle das mídias digitais instituem, por seu turno, uma violência contra

as sociedades tradicionais e à diversidade cultural. As formas tradicionais de cultura, as culturas locais, os grupos étnicos e os subgrupos sociais, todos dependem de seu patrimônio cultural para a sustentação das identidades. Subverter as identidades cria o cenário ideal para a consolidação de grupos de poder, tanto no âmbito político, como no econômico.

Figura 18: Canoa de um pau só (em garapuvú)⁵.



Fotografia: Rodrigo Aguiar

⁵ herança indígena que foi incorporada pelos imigrantes açorianos na Ilha de Santa Catarina

Por isso, fomentar debates sobre a importância do patrimônio histórico é imperativo, não só pela riqueza do tema, mas também como forma de resistência. Os educadores não podem esmorecer, precisam criar os meios para que as escolas, universidades e outros espaços de educação e cultura invistam na discussão a respeito do patrimônio cultural, pois nosso futuro enquanto sujeitos culturais depende disso. A cultura é o que nos torna humanos, sem ela, nada somos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, R. L. S. (2024). *O “eu” multidimensional: repensando as noções de pessoa, tempo e espaço sob a perspectiva da antropologia simétrica e da virada ontológica*. São Paulo: Ipê das Letras.

AGUIAR, R. L. S. & PEREIRA, L. M. (2015). A universalidade da arte e a pesquisa da produção artística entre os povos indígenas em Mato Grosso do Sul. In: Candida Graciela Chamorro e Isabele Combès (Org.), *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*. Dourados: Ed. UFGD, pp. 709-725

BOAS, F. (1938) *The Mind of Primitive Man*. New York: MacMillan.

CHILDE, G. (1981). *A evolução cultural do homem*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

CORREA, L. N. (2018). Comunidad Cultural. In: BAZTÁN, Ángel Aguirre (Ed.) (2018) *Diccionario Temático de Antropología Cultural*. Barcelona: Delta Publicaciones.

CORREA, L. N. (2021). *Cultura: em 250 conceitos e definições*. Florianópolis: Cum Laude.

CORREA, L. N. (2022). *Antropologia e os Conceitos e Definições de Cultura*. Florianópolis: Cum Laude.

COSTA, L.A.M. (2011). *Antonio Carlos Nóbrega em acordes e textos armoriais*. Campina Grande: EDUEPB.

DURKHEIM, E. (2002). *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret.

ESPINA BARRIO, A. B. *Manual de Antropologia Cultural*. Recife: Editora Massangana, 2005.

FLORÊNCIO, S. R. R. (2015). Educação Patrimonial: algumas diretrizes. *Cadernos do Patrimônio Cultural*, vol 1. Fortaleza: IPHAN, p. 21-32.

FREIRE, P. (2005). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, P. (1993). *Política e Educação*. São Paulo: Cortez.

FUNARI, P. P. A. & PELEGRINI, S. C. A. (2009). *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

GEERTZ, C. (2001). *O saber local*. Petrópolis: Vozes.

GEERTZ, C. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.

GERMANO, M. G. & KULESZA, W. A. (2007). Popularização da ciência: uma revisão conceitual. *Caderno Brasileiro para o ensino de Física*, v. 24, n. 1, p. 07-25.

GOODALL, J. (2000). *In the shadow of man*. Nova York: Houghton Mifflin Harcourt.

GUINNANE, T. W. (1994). The Great Irish Famine and population: the long view. *The American Economic Review*, vol. 84, n. 2, p. 303-308.

GUSMÃO, N. M. M. (2000). Desafios da diversidade na escola. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, vol. 5, n. 2, p. 09-28.

HARRIS, Marvin. *Antropologia cultural*. Madrid: Alianza, 1990.

HORTA, M. D. L. P.; GRUNBERG, E. & MONTEIRO, A. Q. (1999). *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: Iphan.

KROEBER, A. & KLUCKHOHN, C. (1952). *Culture: A Critical Review of Concepts and Definitions*. Cambridge: Peabody Museum, Harvard University.

KUPER, A. (2002). *Cultura: a visão dos antropólogos*. Bauru: EDUSC.

LIBÂNEO, J. C. & SILVA, E. (2020). Finalidades educativas escolares e escola socialmente justa: a abordagem pedagógica da diversidade social e cultural. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, vol. 4, n. 1, p. 816-840.

LIPOVETSKY, G. (2004). *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcelona.

LIPOVETSKY, G. (2009) *A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo*.

Barueri, SP: Manole.

MANSUR, V.; GUIMARÃES, C.; CARVALHO, M. S.; LIMA, L. D. D., & COELI, C. M. (2021). Da publicação acadêmica à divulgação científica. *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 37, e00140821.

MAUSS, M. (2008). *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.

PATTERSON, F. G. (1978). The gestures of a gorilla: Language acquisition in another pongid. *Brain and language*, vol. 5, n. 1, 72-97

PELEGRINI, S. C. A. & FUNARI, P. P. A. (2008). *O que é patrimônio cultural imaterial*. São Paulo: Brasiliense.

PIEL, A. K. & STEWART, F. A. (2016). Non-human animal responses towards the dead and death: a comparative approach to understanding the evolution of human mortuary practices. *Death rituals and social*

order in the ancient world: death shall have no dominion. Cambridge University Press, p. 15-25.

PROUS, A., & FOGAÇA, E. (2017). *O Estudo dos Instrumentos de Pedra*. Fabricação, Utilização e Transformação dos Artefatos. Teresina: Alínea Publicações Editora.

RABINOW, P. (2007). Anthropological observation and self formation. In: João Bihel, Byron Good, Arthur Kleinman; *Subjectivity: ethnographic investigation*. University of California Press, pp. 98-118.

RADCLIFFE-BROWN, A. (1973). *Estrutura e função na sociedade primitiva*. Petrópolis: Vozes.

ROCHA, E. M. B. (1980) O processo ensino-aprendizagem: modelos e componentes. In *Psicologia e ensino*. São Paulo: Papelivros, p. 27-41.

SÁNSHEZ MORA, A. M. (2003). *A divulgação da ciência como literatura*. Rio de Janeiro: Casa da Ciência, UFRJ.

SOUZA, M. S. C. D. (2010). A cultura invisível: conhecimento indígena e patrimônio imaterial. *Anuário Antropológico*, vol. 35, n. 1, p. 149-174.

SOUZA, J. B. D. & DALE, C. S. (2024). Divulgação científica nas mídias sociais- desafios e oportunidades. *BrJP – Brazilian Journal of Pain*, vol. 7, e20240035.

SOUZA, M. M. & SARMENTO, T. (2010) Escola-família-comunidade: uma relação para o sucesso educativo. *Gestão e Desenvolvimento*, n. 17-18, p. 141-156.

TYLOR, E. B. (2005). A ciência da Cultura. In: CASTRO, Celso (org.) *Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

VIAL, J. (1981) *Jeu et éducation: les ludothèques*. Paris: FeniXX.

VYGOTSKY, L. S. (1991). *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes.

WILSON, T. M. (2012). Territoriality matters in the anthropology of borders, cities and regions. *Revista Cadernos Do Ceom*, vol. 25, n. 37, p. 199-216.

WOHL, A. (2017). *The eternal slum: housing and social policy in Victorian London*. New York: Routledge.